

PROCESSO SELETIVO ALUNO ESPECIAL 2019/2

PROVA DE CONHECIMENTOS JURÍDICOS

CADERNO DE QUESTÕES

ORIENTAÇÕES:

- a) O candidato não terá direito a consulta a nenhum material, nem mesmo à “lei seca”.
- b) Não será admitido o uso de celulares, computadores portáteis ou de qualquer outro equipamento eletrônico que armazene, receba ou transmita informações;
- c) Serão eliminados os candidatos que recorrerem a qualquer material não autorizado pela Banca Examinadora ou não previsto no edital, na mesa deverão permanecer somente caneta azul, este caderno de questões e o caderno de respostas;
- d) Este caderno de questões pode ser usado pelo candidato para rascunho;
- e) O candidato não deve identificar seu caderno de respostas. Ao término da prova cada candidato sorteará um código numérico que será disponibilizado pelo fiscal do PPGDIR/UFES, de maneira a impedir a identificação dos candidatos durante o processo de correção;
- f) É de responsabilidade do candidato marcar o código numérico sorteado no campo indicado abaixo e no campo próprio indicado no caderno de respostas, assim como na lista de presença, pois os códigos não serão divulgados durante o processo de correção e análise de recursos;
- g) A prova deverá ser respondida exclusivamente com caneta azul, o uso de outra cor de caneta será considerado identificação, assim como rabiscos e rasuras no caderno de respostas;
- h) Cada resposta deverá ser escrita entre 20 (vinte) e 30 (trinta) linhas. O que exceder a esse limite não será corrigido;
- i) O candidato não poderá rasurar seu caderno de respostas e nem utilizar corretivo (líquido ou em fita). Caso queira descartar palavra ou trecho o candidato deverá dar dois riscos sobre o que deseja eliminar. Esse espaço descartado será computado no total de linhas;
- j) Será atribuída nota zero à prova escrita com caligrafia de difícil compreensão;
- k) Não será permitido o empréstimo de qualquer espécie de material entre os candidatos durante a realização da prova;
- l) Não será permitida qualquer forma de comunicação entre os candidatos durante a realização da prova, caso precise o candidato deve levantar a mão, que um de nossos fiscais irá até a mesa;
- m) A prova terá duração de 4 (duas) horas e este caderno de questões só deverá ser aberto após o comando dos fiscais em sala;
- n) Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala aguardando até que os três concluem a prova para acompanharem o fechamento dos envelopes e assinarem a Ata de Sala.
- o) Para acesso ao caderno de respostas após a divulgação das notas, para fins de recurso ou simples consulta, o candidato deverá apresentar na Secretaria do PPGDIR/UFES este caderno o qual indica o número sorteado pelo candidato.

Nº DA PROVA	
--------------------	--

QUESTÃO 01 [4 pontos]

Rodrigo Mazzei e Bárbara Seccato Rui Chagas, no texto Métodos ou Tratamentos Adequados de Conflitos?, apresentam a análise do conflito a partir da noção de acesso à justiça. Com tal norte, discorra:

(a) Qual a visão dos autores em relação aos principais e atuais pontos da relação conflito X acesso à justiça? [2,0 pontos]

(b) O que deve ser entendido como tratamento adequado dos conflitos na concepção dos autores? [2,0 pontos]

a)

O candidato deve indicar que:

1) O conflito é elemento estrutural a toda vida social. É ingênuo imaginar uma sociedade sem conflito. (0,4 ponto)

2) Acesso à justiça não pode ser confundido como inafastabilidade do Poder Judiciário. Propiciar acesso à justiça não simplesmente criar meios para que o interessado possa ingressar no Judiciário, em busca de uma decisão judicial. As noções de acesso à justiça necessitam estar vinculadas à possibilidade de tratamento dos conflitos. (0,8 ponto)

3) O CPC/15, através de seu art. 3º, enfrenta a questão e adota as seguintes bases: “(1) não há jurisdição apenas no âmbito do processo do Judiciário, mas também no processo arbitral; (2) o Estado, que tem por função de buscar a paz e a justiça, não deve promovê-las apenas no processo jurisdicional, mas também por outros meios; e (3) o estímulo ao tratamento consensual das controvérsias deve ocorrer pelos mais diversos atores e nos mais diversos ambientes, dentro ou fora do processo judicial” (0,8 ponto)

b)

O candidato deve indicar que:

1) Os autores seguem a assertiva de que “o direito deve buscar não o fim dos conflitos, mas sim extrair o que há de positivo em tais confrontos que, na verdade, representam enorme relevância para movimentar no sentido mesmo de retirar da inércia – a sociedade. Portanto, não se busca resolver ou solucionar o conflito, no sentido de extingui-lo, mas sim tratá-lo, para dele obter o seu máximo de positivo para a sociedade”. (1,0 ponto)

2) Tratamento adequado do conflito, portanto, não pode ser confundido com os métodos para lidar com os conflitos. No sentido, segundo os autores: “A distinção das diversas ferramentas disponíveis para lidar com os conflitos apresenta-se relevante didaticamente, para não apenas se compreender cada uma delas, mas também aprofundar e aprimorar os conhecimentos. Todavia, em que pese essa relevância da classificação, os diversos métodos podem também ser conjugados e aplicados a uma mesma contenda: é o que se observa, a título exemplificativo, nas cláusulas escalonadas, muito comuns no formato med-arb, ou seja, em que as partes estipulam como primeiro passo, diante de um conflito, a tentativa de mediação e, caso não resulte em acordo, só então será tentada a arbitragem. As conjugações mostram-se, muitas

vezes, benéficas, pois pode explorar as melhores qualidades de cada um dos métodos - no exemplo citado, a mediação, por mais que não resulte em acordo, pode melhorar enormemente o diálogo das partes que, apesar de necessitarem, posteriormente, de uma arbitragem, poderão utilizar o procedimento arbitram de maneira muito mais otimizada, tendo em vista que instaurado um ambiente de cooperação efetiva. Nesse contexto, portanto, insere-se a expressão tratamento adequado de conflitos. Além de contemplar os diversos mecanismos – arbitragem, mediação, conciliação, negociação – considerando suas peculiaridades, não incorre no equívoco de tentar extirpar o conflito, e também permite visualizar a conjugação dessas ferramentas.” (1,0 ponto)

QUESTÃO 02 [3 pontos]

Qual a relação entre o “confisco do conflito” e o delineamento dos sistemas processuais penais? Aponte os principais motivos pelos quais o sistema inquisitório perdura nos sistemas processuais penais da modernidade, autointitulados acusatórios? E por quais razões essa permanência se traduz em crises sacrificais?

O candidato deve indicar que:

Confisco do conflito;

- mitologia processual da modernidade: processo penal como mecanismo que produz verdade, justiça, pacificação;

- crise sacrificial;

- epistemologia da verdade: inquisitio ou epistemologia inquisitiva;

- teologia processual penal;

- proclamação da verdade a partir da relação de poder. A união entre poder e verdade nas mãos de um sujeito soberano;

- vítimas expiatórias;

- racionalidade técnica como forma de fé religiosa;

- processo e crise sacrificial: a indiferenciação violenta, já que o processo penal reproduz uma brutal violência institucionalizada. Processo penal é apenas uma nova forma de vingança;

- funções declaradas e funções ocultas do processo penal

QUESTÃO 03 [3 pontos]

A Lei nº 13.015/2014 trouxe para o estuário normativo trabalhista brasileiro o incidente de recurso de revista repetitivo, estabelecido no art. 896-C da CLT. Por seu turno, o Código de Processo Civil de 2015, estabelece os incidentes de resolução de demandas repetitivas (arts 976 a 987) e de assunção de competência (art. 947). Sendo assim, a partir destes incidentes processuais, alcança-se uma nova perspectiva jurídica, que altera substancialmente a sistemática processual brasileiro e o paradigma da tutela jurisdicional. A partir do contexto acima demonstrado, indaga-se (todas as respostas devem ser devidamente fundamentadas):

(a) Os incidentes de resolução de demandas repetitivas e de assunção de competência, previstos no CPC/2015, são aplicáveis no Processo do Trabalho? **[0,75 pontos]**

(b) O que advém das decisões dos incidentes de resolução de demandas repetitivas, de recurso de revista repetitivo e de assunção de competência? Qual a força destas decisões (do que advém delas) caso tenham sido proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho e pelo Tribunal Superior do Trabalho? **[0,75 pontos]**

(c) A partir deste contexto, para qual status o processo do trabalho é alçado? Assim, o que almeja-se com esta nova perspectiva processual? **[0,75 pontos]**

(d) Qual a importância desta nova sistemática processual levando-se em consideração a relação entre o homem e o trabalho e a sua importância para a sociedade e para o Estado, objetivando que seja alcançada uma tutela trabalhista adequada, justa e efetiva no Estado Democrático de Direito? **[0,75 pontos]**

a)

O candidato deve indicar que:

Sim, são aplicáveis conforme art. 15 do CPC/15 e arts. 8º e 769 da CLT, em consonância com Instrução Normativa nº 39 do TST.

b)

O candidato deve indicar que:

Precedentes judiciais. Precedentes vinculantes.

c)

O candidato deve indicar que:

Processo constitucionalizado do trabalho (a constitucionalização processual do trabalho). Uma maior segurança jurídica e uma maior democratização na tutela jurisdicional.

d)

O candidato deve indicar que:

Tendo em vista que a partir da relação de interdependência entre o homem e o trabalho, o ser humano alcança sua subsistência, inclusão social e melhoria da condição socioeconômica, a sua importância para a sociedade torna-se primordial, afinal partindo desta relação a sociedade organiza-se de maneira democrática e o Estado arrecada os tributos que são revertidos para a sociedade em forma de serviços públicos. Por isso, a tutela jurisdicional trabalhista deve ser adequada, justa e efetiva em nome do interesse público (Estado) e da necessidade do trabalhador (crédito alimentar).